



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Exma. Senhora

Presidente da Comissão de Cultura,  
Comunicação, Desporto e Juventude

Deputada Edite Estrela

**Assunto: Requerimento para audição da Ministra da Cultura sobre a situação dos trabalhadores do OPART – Organismo de Criação Artística, EPE**

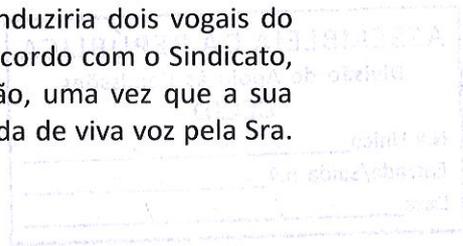
O Grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério da Cultura já por três vezes (duas em audição regimental e outra por escrito com a pergunta regimental n.º 2011/XIII/4.ª) sobre a situação dos trabalhadores do OPART que levou à greve atualmente em curso.

A verdade é que as respostas trouxeram poucas novidades e o desfecho é o que se conhece: o cancelamento de récitas da ópera *La Bohème* no Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa, espetáculos sob protesto de bailarinos e técnicos da CNB em Pequim, na China. O pré-aviso de greve abrange ainda as apresentações do espetáculo "D.Quixote", de 11 a 13 de Julho, no Teatro Rivoli, no Porto e os espetáculos do Festival ao Largo, em Julho.

De acordo com o CENA-STE, no início de abril, o Sindicato e o Conselho de Administração do OPART, EPE terão chegado a um acordo para eliminar diferenças salariais entre os trabalhadores das equipas técnico-artísticas do Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e da Companhia Nacional de Bailado (CNB). A resolução deste problema passaria pela negociação do Regulamento Interno de Pessoal (RIP), exigência feita pelo Ministério das Finanças para desbloquear a verba orçamentada para 2019.

Segundo o Sindicato, o compromisso foi firmado com o Conselho de Administração depois de reunião do CENA-STE com o Ministério da Cultura, da qual terá resultado o compromisso deste último em tudo fazer dentro das suas competências para agilizar a aceitação e publicação do RIP depois de negociado entre o Sindicato e o Conselho de Administração.

Soube-se, entretanto, que o Ministério da Cultura não reconduziria dois vogais do Conselho de Administração do OPART nas suas funções. De acordo com o Sindicato, estes dois vogais encontravam-se em período de substituição, uma vez que a sua recondução que, nas palavras do Sindicato, "nos foi confirmada de viva voz pela Sra. Ministra da Cultura na reunião acima mencionada".



*[Handwritten signature and illegible text]*



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Grupo Parlamentar**

Entretanto, o Conselho de Administração do OPART terá sido informado pelo Ministério da Cultura que este ministério e também o Ministério das Finanças integrariam o grupo de trabalho que iria acompanhar toda a negociação.

A senhor Ministra da Cultura terá justificado, em declarações produzidas durante a visita oficial à China, que a dupla de vogais do atual conselho de administração, Sandra Castro Simões e Samuel Rego, “manifestamente extravasou as competências que poderia ter assumido”, quando admitiu a possibilidade de “ter o regulamento interno aprovado até ao final do mês de abril”.

Ora, a questão é que o Conselho de Administração terá chegado a acordo com o CENA-STE, definindo o final de abril como prazo da negociação e o mês de junho como limite para a harmonização salarial dos trabalhadores. Aliás, terá sido precisamente este acordo que permitiu a suspensão da greve às apresentações do espetáculo "L'Étoile".

Segundo o Sindicato, durante o mês de abril, “foi sendo informado pelo CA do OPART, em resposta a vários contactos formais e informais dos representantes sindicais, que o RIP tinha já sido enviado para uma primeira análise prévia para a tutela da Cultura e que este ministério ainda não tinha dado qualquer resposta. Desta forma o CA não cumpriu o acordo firmado com o CENA-STE e o Ministério da Cultura não fez o mínimo esforço para ser um agente activo e facilitador de todo este processo.”

Aliás, o CENA-STE, “analisando a inoperância e incapacidade demonstradas pela tutela da Cultura e Finanças e pelo Presidente da empresa para resolver a situação” anunciou que iria solicitar audiência ao Primeiro-Ministro.

O PCP considera que o Ministério da Cultura não pode ser um espetador passivo e defende que têm de ser tomadas todas as medidas necessárias para responder às justas reivindicações dos trabalhadores e para esclarecer cabalmente a situação que levou à não recondução de dois dos vogais do Conselho de Administração do OPART, EPE.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, requerer a audição da senhora Ministra da Cultura sobre as matérias sobre a situação dos trabalhadores do OPART – Organismo de Criação Artística, EPE, em sede da 12.ª Comissão.

Palácio de S. Bento, 14 de junho de 2019

|                                |                |
|--------------------------------|----------------|
| <b>ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA</b> |                |
| Divisão de Apoio às Comissões  |                |
| <b>CCCJD</b>                   |                |
| N.º Único                      | 636405         |
| Entrada/Saída n.º              | 220 / 2019     |
| Data                           | 2019 / 06 / 18 |

As deputadas,

**ANA MESQUITA**

**DIANA FERREIRA**